



# Descortinando sentidos: caminhos para uma análise semântica

*Unveiling meanings: routes for a semantic analysis*

Joana Darc Rodrigues da Costa<sup>1</sup>  
*Universidade Estadual do Maranhão*

Waldemar Duarte de Alencar Neto<sup>2</sup>  
*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí*

**RESUMO:** Considerando os pressupostos segundo os quais a enunciação é o acontecimento da produção do enunciado (Guimarães, 2002), este artigo visa apresentar uma análise semântica de construções nominais, isto é, de como os nomes evocam referência na medida em que se agregam a referenciais discursivamente constituídos. Nesse sentido, a significação é concebida, aqui, entre o já significado, que o acionamento da língua evoca, e o que se apresenta no presente da enunciação para significar (Dias, 2013;2015).

**PALAVRAS-CHAVE:** Enunciação; referenciais históricos; pertinência enunciativa; significação.

**ABSTRACT:** Considering the assumptions in which enunciation is the event of the production of the utterance (Guimarães, 2002), this article aims to present a semantic analysis of nominal constructions, that is, of how names evoke reference as they are aggregated to discursively constituted references. In this sense, this work understand the meaning between the already meaning, which the activation of the language evokes, and what is presented in the present of the enunciation to signify (Dias, 2013;2015).

**KEYWORDS:** Enunciation; historical references; enunciative pertinence; meaning.

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG. Professora da UEMA/UNINASSAU-TERESINA. E-mail: jodarc85@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Estudos Linguísticos pela UFMG. Professor do Departamento de Ciências Humanas e Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Teresina Central. E-mail: waldemar.alencar@ifpi.edu.br.

## Introdução

A compreensão sobre a significação depende do ponto de vista a partir do qual ela é analisada, considerando o percurso dos estudos semânticos. Nosso interesse está em uma semântica da enunciação que defende a tese de que a significação é a relação que se dá entre a memória, o passado do nome e a atualidade, isto é, no contexto em que esse nome é evocado para dizer o presente. O enunciar se produz, portanto, na tensão entre discursos anteriores que já conceberam a entidade, e a atualidade da enunciação que atualiza essa concepção segundo as relações de pertinência no espaço de enunciação.

Nesse sentido, pretendemos abordar uma análise semântica norteada por uma posição antirreferencialista segundo a qual a linguagem não é uma relação, ou melhor, um retrato do mundo, mas um situar-se historicamente no mundo. Para isso, analisamos alguns dados envolvendo os sentidos de família, extraídos da mídia, no âmbito de uma perspectiva que produz, como postula Dias (2013; 2015), um olhar para a língua que resulta em diferenças significativas no conceito de forma linguística e, conseqüentemente, na abordagem das unidades articulatórias, tomadas no acontecimento enunciativo como a relação entre referenciais históricos e pertinência enunciativa.

No primeiro momento deste artigo, apresentaremos algumas questões que envolvem os estudos da significação no campo da semântica. Em seguida, trataremos da significação a partir das concepções de alguns teóricos que apresentaram os fundamentos do que se pode chamar de uma semântica da enunciação, como Bréal, Benveniste e Ducrot. Essa discussão é balizada pelas concepções de Guimarães, o que nos permite estabelecer deslocamentos entre seus postulados. Após isso, faremos uma análise semântica ancondá na premissa de que as construções nominais não significam na referência, mas significam porque nascem de tramas discursivas.

### 1. Considerações iniciais sobre o campo da Semântica

Definir Semântica como o campo da Linguística dedicado a estudar a significação da língua e a sua relação com o mundo traz consigo uma dupla necessidade: a de entender a definição de “significação” e de como a relação linguagem-mundo é compreendida. Muitas são as concepções sobre a significação, objeto de interesse antes mesmo da Linguística.

Dentro da necessidade de definição da significação, inclui-se a preocupação em definir seu escopo e como se dá sua apreensão através das línguas. Como afirma Oliveira (2009), perguntas como: É o significado uma relação causal entre as palavras e as coisas? Será ele uma entidade mental? Ele pertence ao indivíduo ou à comunidade, ao domínio público? são perguntas caras aos semanticistas, mas necessárias para a compreensão da relação entre linguagem e mundo.

Assim, como explica Guimarães ([1995]2010), a Semântica traz em seu bojo, mesmo que sob direcionamentos diferentes, interesses excluídos por Saussure (1916) em sua proposta de compreensão da Língua. Para o mestre genebrino, ao definir a língua como um sistema em que todas as suas relações são estritamente internas, o significado é definido por uma relação de alteridade, isto é, uma unidade linguística (signo) se define pelo que outra unidade não é: *livro* se define por não ser *lápiz*, *borracha*.

Nessa concepção, não é ponto de interesse a relação entre os signos e o que eles designam, excluindo assim, o sujeito, o objeto (referência) e a história na sua compreensão sobre a significação. Ou seja, as relações de significado são consideradas entre os signos e suas relações internas à língua: “O corte saussureano é a ‘culminância’ bem sucedida teoricamente de uma história de exclusão do mundo, do sujeito, por tratar a linguagem como um percurso só interno: a linguagem expressa o pensamento” (GUIMARÃES, [1995]2010, p. 20). Assim, conclui Guimarães:

Saussure suprime as relações de transformação como objeto da linguística, mas suprime também qualquer relação da língua com algo que lhe seja exterior. O exterior (o mundo, o sujeito, as relações entre sujeitos) fica como aquilo a que se nega o caráter de objeto da linguística. O que há de significação no seu *Curso* é o que há de codificado como significado (GUIMARÃES, [1995]2010, p. 20).

Guimarães ([1995]2010) lembra ainda que a Semântica não se constitui exclusivamente pelo conjunto de conceitos produzidos no seu próprio campo. Ela se organiza, também, a partir de diálogos com outras subáreas da linguística, tais como filosofia, a lógica, a filosofia da linguagem, a semiótica e análise de discurso.

Estes diálogos, que fizeram parte decisiva do modo de constituição da semântica no Brasil, são responsáveis pela construção de conceitos que foram se pondo como incontornáveis para o tratamento da significação e acabaram por identificar um conjunto de questões pertinentes para a Semântica. (GUIMARÃES, [1995]2010, p. 7)

Diante dessa pluralidade de perguntas e formas diferentes de respondê-las, temos a ramificação da grande área Semântica em Semântica Formal, Discursiva, Cognitiva, Lexical, Enunciativa, dentre outras.

Entretanto, o interesse pela significação linguística, ou como afirma Tamba-Mecz (2006), “do sentido percebido como evidencia ao sentido concebido como objeto linguístico” (p. 7), institui-se como disciplina em 1883 com a publicação de Michel Bréal, *As leis intelectuais da linguagem: fragmentos de Semântica*<sup>3</sup>, “uma semântica que era uma linguística geral, e que era também histórica, marcada pelo historicismo do século XIX” (GUIMARÃES, [1995]2010, p. 12).

Tamba-Mecz (2006) explica que a história da Semântica pode ser dividida em três grandes períodos tradicionais: 1) o período evolucionista, no qual denomina a semântica histórica (1883-1931), quando nasce a disciplina; 2) o período misto, no qual se impõe uma semântica lexical “mista”, histórica e estrutural e, 3) o período das teorias formalizadas, no qual se desenvolve uma semântica da frase e da enunciação (cf. TAMBA-MECZ, 2006, p. 15).

No período evolucionista, quando nasce a Semântica, o grande interesse linguístico estava voltado para as mudanças de significado, ou seja, as pesquisas eram, até então, semasiológicas. Bréal (1883) introduz, nesse contexto, a ideia de que as mudanças linguísticas não ocorriam de forma aleatória, mas são regidas pela vontade dos sujeitos e permitidas por uma historicidade, analogia própria da língua. Logo, essa obra, como observa Tamba-Mecz (2006), inaugura a essência da intuição que nutre a Semântica.

Segundo Bréal (1883), as mudanças linguísticas só podem ser explicadas se considerado o sentido da linguagem. Dessa forma, “opondo-se ao naturalismo do século

---

<sup>3</sup> As ideias plantadas nesse artigo são plenamente desenvolvidas em Ensaio de Semântica (ciências das significações) publicado em 1897.

XIX, Bréal constitui a semântica como disciplina das significações, que de um certo modo ele configura como uma linguística geral. Ou seja, para ele não há como tratar a linguagem sem considerar a significação” (GUIMARÃES, [1995]2010, p. 14). A significação resulta de uma relação integrativa que é constitutiva da linguagem. Não se pensa a linguagem sem a significação e esta é vista em sua relação com a sintaxe e a morfologia.

Embora o autor não traga em seus postulados a palavra *enunciação*, a sua forma de discutir a significação nos permite identificar uma visão enunciativa da língua. Inclusive, uma grande contribuição do semanticista foi o reconhecimento da subjetividade da linguagem (BRÉAL, 1897). Para o autor, o elemento subjetivo é a parte mais antiga da linguagem, pois a língua dispõe de formas (palavras, membros de frases, formas gramaticais) que marcam a presença do elemento subjetivo da linguagem.

Conforme o semanticista, enunciar é “expressar nossos desejos ou nossas dúvidas e nossas crenças” (BRÉAL, 1883, p. 159). Logo, todo enunciado apresenta essa subjetividade marcada linguisticamente por advérbios, modos e tempos verbais, pronomes pessoais, entre outros. Esse pensamento é, conforme Guimarães ([1995]2010), decisivo para a concepção benvenestiana da (inter)subjetividade, portanto, para as formulações enunciativas de Benveniste.

Dessa forma, temos em Bréal o pioneiro em discutir o caráter subjetivo da linguagem, no âmbito da Linguística Geral, e em definir a disciplina Semântica como a “ciência das significações” e das “leis que presidem à transformação dos sentidos” (BRÉAL, 1883). Mesmo de forma tímida, o linguista argumenta que os sentidos, assim como as formas sonoras, são elementos especificamente linguísticos, acrescentando aos estudos linguísticos postulados como: a multiplicação dos sentidos de uma mesma palavra, ou seja, polissemia; o lado subjetivo da linguagem (hoje componente enunciativo- parte essencial de todas as línguas) e a afirmação de que a linguagem não possui realidade fora da atividade humana.

A título de ilustração da problemática que reside no escopo da Semântica, podemos citar as implicações possíveis ao próprio conceito dado por Bréal. Ao declarar a Semântica como a ciência das significações linguísticas, pode-se, como fez G. Mounin (1972), compreender por significação unicamente as significações conceituais evocadas pelas palavras. Ou compreender significações como o resultado, seja uma interação entre léxico, categorias gramaticais, seja dos enunciados em relação com suas circunstâncias de enunciação, como faz Palmer (1981) e como se fundamenta a semântica da Enunciação, suporte teórico de nossa pesquisa.

Isso aponta para o fato de que os estudos sobre significação podem ser desenvolvidos com vistas ao significado das palavras (ou grupo de palavras) ou ao sentido delas. No primeiro caso, pensa-se a significação de uma sequência como o resultado de significados “dicionarizados” das unidades linguísticas. No segundo caso, considera-se a significação de um enunciado como o resultado de interações linguísticas, manifestações dos sujeitos, objetivos e circunstâncias enunciativas. Observemos, por exemplo, o texto a seguir:

Figura 1: Significação de Família



Fonte: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho/?fref=ts>. Acesso em 27.09.15

Na primeira fala apresentada na tira: “Mas como ele perdeu a família? Em algum acidente?”, de um ponto de vista estrito, podemos pensar o significado da palavra *família* como sendo um conjunto de pessoas unidas pelo afeto que compartilham o mesmo lar e que são responsáveis pela criança que agora se encontra “órfã”. De um ponto de vista mais amplo, podemos compreender a enunciação dessa fala, em cooperação com as demais, a partir de um outro referencial. Para isso, devemos olhar para além do significado da palavra *família*; vamos buscar os sentidos para essa enunciação de *família* considerando seu funcionamento nessa atividade de linguagem. Movidos por esse olhar, podemos observar que *família*, aqui, estabelece uma relação mais ampla de sua definição, especialmente aquela trazida na legislação brasileira que só considera família o conjunto de pessoas heterossexuais unidas pelo casamento ou união estável ou, ainda, os casos de monoparentalidade. Desta forma, o sentido de família, na tira, diz respeito a modelos diversos de núcleos familiares unidos pelo afeto e pelo bem entre eles.

Como esclarece Dias (2014d), “a semântica de linha teórica formal estuda a significação, analisando as relações de significados; a pragmática e a semântica da enunciação também estudam a significação, mas buscam compreender os sentidos e suas condições de produção” (DIAS, 2014d, p. 300).

A partir dos anos 1960, afloram as teorias linguísticas que versam sobre várias percepções da significação. A semântica formal, com o objetivo de formalizar a semântica no quadro de uma teoria gramatical das línguas naturais, coloca a questão da significação como uma relação com o mundo, com os objetos; a semântica sob o viés da cognição e as teorias pragmático-enunciativas do sentido compreendem a significação em sua relação com o funcionamento linguístico e com às condições de uso das línguas. Conforme Tamba-Mecz (2006), encontram-se nas fronteiras do linguístico e do extralinguístico as correntes pragmático-lógica, o pragmatismo dos atos de fala e a semântica enunciativa. Tomaremos como foco, a partir daqui, as discussões pertinentes ao campo da Semântica da Enunciação.

### 1.1 Semântica da Enunciação

Como esclarece Flores (2005), falar em enunciação é falar em teorias que tomam como princípio de análise a língua em uso e o sujeito, constituindo o que vem a ser o espaço conhecido como Linguística da Enunciação. Entretanto, essa subárea dos estudos linguísticos apresenta diversidade no tratamento dedicado a esses objetos de análise. Ou seja, os estudos enunciativos apresentam diferentes abordagens conceituais em relação ao que é língua, sujeito e até mesmo enunciação; e metodológicas, de acordo com o tipo de análise que são realizadas. Nas palavras do autor,

Falamos em teorias da enunciação (no plural) e em linguística da enunciação (no singular) para salientar o fato de que se, por um lado, existe uma diversidade que permite considerarmos mais de uma teoria da enunciação, por outro, verificamos que há traços comuns a todas as perspectivas (FLORES, 2005, p. 8).

Flores (2005) propõe uma categorização dessa pluralidade, dividindo os estudos sobre enunciação em dois grandes grupos de acordo com o modelo de análise utilizado em cada um deles. No primeiro grupo, estão os autores cuja reflexão é voltada para a enunciação, mas que não formulam modelo de análise: Benveniste, Bally, Sechehaye e Guillaume, considerados, pelo autor, fundadores dessa abordagem da língua. No segundo grupo, participam autores que elaboraram propostas teórico-metodológicas de análise enunciativa, como Jakobson, Ducrot, Authier-Revuz, Culioli, Fuchs, Hagege, Kebrat-Oracchioni, entre outros.

Como podemos concluir, muitos são os teóricos que atuam no campo da Enunciação. Faremos, neste espaço, uma discussão preliminar sobre o desenvolvimento desse campo, tomando como âncora as reflexões sobre enunciação tendo em vista o tratamento dado ao sentido no âmbito da Semântica da Enunciação, proposta por Guimarães (1989, [1995] 2010, 2002) e Dias (2013; 2015).

Saindo do campo da Filosofia e de suas influências, e adentrando ao campo propriamente linguístico, Benveniste é um grande marco quanto ao estudo dos sentidos, um dos primeiros linguistas a desenvolver análises de fatos da língua propriamente enunciativos. Embora sendo um linguista histórico e estruturalista com muitas pesquisas divulgadas sobre as línguas indo-europeias, desenvolveu pesquisas tanto na história da linguística quanto na descrição de língua, dentre eles, sua grande contribuição foi a retomada da questão do elemento subjetivo de Bréal.

Ao pensar nos trabalhos de descrição linguística desenvolvidos na época, Benveniste (1970) reconhece que se trata de um espaço destinado apenas ao estudo do “emprego das formas”, em que se compreende a língua como sistema linguístico cujos elementos são definidos pela relação de alteridade. Como explica Benveniste (1970),

O emprego das formas constitui-se em um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis. Estas regras de emprego são articuladas a regras de formação indicadas antecipadamente, de maneira a estabelecer uma certa correlação entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos (acordo, seleção mútua, preposições e regimes de nomes e dos verbos, lugar e ordem, etc.) (BENVENISTE, 1970, p. 81)

Assim, os estudos da língua se limitavam em inventariar os empregos das formas, ignorando, assim, as condições de emprego da língua. Com essa percepção, o teórico inaugura, nos estudos linguísticos, a ideia de que a língua é investida de uma dupla significância: o modo *semiótico* (emprego das formas) e o modo *semântico* (emprego da língua). Esse último, conforme o autor, compreende de “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 1970, p. 82).

O plano semântico diz respeito à língua enquanto produtora de mensagem, sendo objeto de análise não apenas as relações entre as unidades, mas também as suas atualizações, isto é, a referência. “A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso” (BENVENISTE, 1970, p. 64). É nesse plano que reside o funcionamento da língua, isto é, a enunciação, instituída pelo autor como sendo de encargo do locutor: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970, p. 82).

Nessa perspectiva, interessa ao teórico não o enunciado, mas a própria enunciação, levando-o a considerar as suas condições específicas: “é o ato mesmo de produzir o enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (BENVENISTE, 1970, p. 82). E este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta, apropriando-se dos caracteres linguísticos da enunciação.

Ao considerar que a “anunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1970, p. 83), o autor atenta para a necessidade de ver como o “sentido” se forma em “palavras”, ou seja, como alinhar os dois planos, semiótico e semântico, para enfim, compreender a semantização da língua. Para isso, o autor propõe definir a enunciação no quadro formal de sua realização, ou seja, esboçar os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. Logo, a enunciação será vista a partir do próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.

Em primeiro lugar, a enunciação exige a presença de um locutor através do qual o ato se realiza. O sujeito da enunciação, agora entidade linguística, é responsável pela enunciação. Logo, esta é uma relação do sujeito com a língua. É nessa atualização que a língua se faz discurso.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. (...) Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de processos acessórios, de outro. (BENVENISTE, 1970, p. 83-84).

Ao apropriar-se da língua, o locutor implanta o *outro* nesse discurso. Toda enunciação exige a presença do locutor, que por sua vez, exige um alocutário. Na verdade, a enunciação se configura em torno de três eixos: as pessoas, o espaço e o tempo. Cada instância de discurso apropriada pelo locutor constitui um “centro de referência interno” devidamente formalizados por unidades linguísticas que adotam tal função, tais como os índices de pessoa (eu-tu), os índices de ostentação (este, aqui, etc.), formas temporais, que se determinam em relação a *EGO*, o centro da enunciação.

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 1970, p. 84)

Logo, a teoria de Benveniste é a de que, quem enuncia, enuncia para alguém, em algum lugar e em algum tempo. Isso nos permite perceber a importância do sujeito para a compreensão da significação da língua. Embora preserve a ideia de que a língua é um conjunto de signos, Benveniste inova em sua forma de interesse pela significação, uma vez que enxerga nesse sistema um lugar destinado ao sujeito, antes ignorado por Saussure. “Por esta via ele procura manter o sistema como fechado em si, mas que tem paradigmas próprios para a constituição da subjetividade, ou melhor, da intersubjetividade da linguagem” (GUIMARÃES, [1995] 2010, p. 45).

Interessante observarmos que o espaço que é dado ao sujeito nessa abordagem nos permite considerá-la como subjetivista, pois a enunciação e autonomia dada ao locutor soa como um processo autônomo: o sujeito se apropria da língua e logo ele é o sujeito da

enunciação, fazendo funcionar, e se marca linguisticamente porque a língua tem estruturas que podem ser comparadas a lugares a serem preenchidos por um indivíduo, fazendo-a discurso. Como afirma Guimarães ([1995] 2010), “não se trata de um sujeito psicológico, não se trata de um sujeito pragmático, por exemplo, mas trata-se de um sujeito que tem a capacidade de apropriar-se da língua e semantizar, e fazer significar” (GUIMARÃES, [1995] 2010, p. 47).

Também interessado na relação entre os signos da língua, dando continuidade à concepção saussureana de língua como um sistema de signos que se relacionam entre si, Ducrot constitui um outro lugar de abordagem da enunciação. Especificamente, para o autor, essa “relação” entre os signos é de natureza argumentativa. Isto é, a linguagem aqui é entendida como um jogo de argumentação. Através da língua conduzimos o interlocutor à nossa “verdade”, construída e referenciada em nossos discursos.

Afastando-se do conceito de verdade praticado na Semântica Formal, Ducrot (1973), ao observar que enunciados podem argumentar para diferentes conclusões, observa que a relação argumentativa se materializa devido à própria estrutura semântica da língua. Segundo o autor, há na língua formas que, quando utilizadas, marcam a própria enunciação no enunciado<sup>4</sup>.

Se revisamos a ideia de verdade, estamos considerando que a relação argumentativa não é absoluta e, diante disso, o autor trabalha com a ideia de um caráter escalar dos argumentos. “Há entre os argumentos uma relação de menor e maior força para uma certa conclusão” (GUIMARÃES, [1995] 2010, p. 50). Ducrot (1976) aponta, como unidades que marcam um elevado interesse argumentativo, as unidades *até*, *até mesmo*, *mesmo*. Acompanhemos o exemplo:

Figura 2 – Entrevista à Veja



Fonte: Revista Veja. Acesso em: 05. 03. 2013.

Para argumentar que não é preconceituoso, o deputado e pastor Marco Feliciano, presidente da comissão dos Direitos Humanos e Minorias durante o ano de 2013, em sua entrevista à Revista Veja, afirma: “Eu até tenho amigos gays”. Observemos logo de início o poder argumentativo empregado pelo conector *até*, de tal modo que um enunciado como “Eu tenho amigos gays” não traz a mesma entonação. Assim, o conector além de unir dois enunciados que não trazem entre si relações de conteúdo (não sou preconceituoso e tenho amigos gays) materializa um direcionamento argumentativo a favor do primeiro enunciado. É o conector *até* que atua para validar a primeira informação: não sou

<sup>4</sup> Atualmente, os estudos de Ducrot apontam para o fato de que todos os itens léxicos marcam a argumentação, e não apenas algumas formas, como ele propunha até a década de 1990.

preconceituoso. Portanto, a presença do conector marca na língua a relação argumentativa.

Dessa forma, apropriando-nos de uma análise ducrotiana, podemos dizer que argumentar para uma conclusão (*eu não sou preconceituoso*) através de *A* (*até tenho amigos gays*) é, “apresentar *A* como devendo levar o destinatário a concluir *C*” (DUCROT, 1976, 14). Assim, o semanticista está interessado em ver a argumentação como uma relação entre um enunciado argumento e outros enunciados que poderiam ser suas possíveis conclusões, nas diversas situações de enunciação.

Logo, a argumentação antes vista como um ato retórico que tem por base a apresentação de um argumento que leve a uma conclusão, passando por uma lei moral ou social já conhecida, é rediscutida por Ducrot ao defender que nem sempre as sentenças usadas para a conclusão passam por uma lei social, como demonstramos no exemplo 2.

Assim, ele propõe que a argumentação seja inerente ao próprio linguístico. A argumentação está inscrita na estrutura da língua, em seu sistema. Como explica Guimarães (2010, p. 49), a argumentação não é uma relação da linguagem com o mundo, com os objetos, ou derivada desta relação, é uma relação que orienta de um sentido para outro que se interpreta, então, como uma conclusão, numa enunciação particular.

Como explica Dias (2013a), estamos diante de um modelo de análise da enunciação sustentado pela tese segundo a qual o sentido de um enunciado é puramente argumentativo. Para essa teoria, “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela alcance persuasivo ou não, faz necessariamente alusão a argumentação.” (DUCROT, 2009, p. 23).

Assim, a relação entre um signo e outro se ordena com “*portanto*”, pois esta relação sempre aponta para uma conclusão. Como exemplifica o autor:

imaginemos a situação seguinte. X e Y devem ir juntos a determinado lugar L. Os dois sabem exatamente a que distância eles estão de L. X propõe a Y ir a pé a L. Y, se estiver de acordo, poderá responder *sim, é perto*. Se, ao contrário, ele quiser recusar, terá a possibilidade de dizer *não, é longe*. O que é que muda entre a qualificação *perto* e a qualificação *longe*? Não é a distância, que X e Y conhecem, tanto um quanto o outro. É somente a exploração argumentativa dessa distância. Dizendo *perto*, ela é apresentada como permitindo o passeio, dizendo *longe*, como pondo obstáculo a esse passeio. De modo que a escolha das conclusões *sim* ou *não* já está inscrita no próprio sentido dos argumentos é *perto* ou é *longe*. (DUCROT, 2009, p. 23)

Dessa forma, concluímos que os encadeamentos permitidos pelo signo, encabeçados pelo conector “*portanto*”, constituem o seu sentido, e não as informações ou propriedades que ele sustenta. Como afirma Oliveira (2009, p. 28), “não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade”.

Como afirma Dias (2013a):

Em Ducrot e Carel, o direcionamento do que se diz é fundamental para a significação. A conexão entre um signo dito *x* e um signo orientado por um dizer *y* arregimentando um conector consubstancia essa direção. A forma linguística se constitui numa qualificação que se produz entre a direção e o conector, tendo em vista a relação entre o dizer e o dito” (DIAS, 2013a, p. 5)

Assim, vale dizer que, enquanto Benveniste afirma que a língua é um sistema apropriado à inserção do locutor, dispendo para isso formas específicas capazes de

comportar o sujeito, Ducrot traz para a enunciação a ideia de que o sistema comporta marcas da argumentação, sendo ela própria da língua.

O teórico define enunciação como sendo o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado, a partir do que se considera que o sentido do enunciado é a representação que ele faz de sua enunciação, ou seja, do acontecimento de seu aparecimento. Nessas representações está necessariamente a representação de figuras diferentes do sujeito, ou seja, polifonia.

Conforme Guimarães ([1995] 2010), esta posição de Ducrot, diferentemente de Benveniste, nos coloca no campo da multiplicidade das posições de sujeito a partir de uma concepção de sentido em que a enunciação do enunciado esgota a representação de seu sentido. E isto se dá pela consideração da enunciação enquanto acontecimento no qual não estão consideradas as determinações históricas, já que a caracterização deste acontecimento enquanto histórico diz respeito somente à temporalidade, ou seja, a cada momento tem-se outro acontecimento.

Como vimos, ambas as teorias apresentadas contribuem para o campo da enunciação e partem da ideia de língua como sistema. Entretanto, cada uma apresenta uma forma de explorar e explicar o funcionamento desse sistema. Benveniste, subjetivista, está interessado em descrever como o sujeito se marca na língua e somente assim a faz funcionar; Ducrot advoga da ideia de que a argumentação está na língua, os discursos apresentam, assim, uma estrutura do tipo X portanto Y, pois todo enunciado direciona para uma conclusão.

De fato, ambas incluem em suas explicações sobre o sentido elementos excluídos por Saussure, tais como o sujeito da enunciação e o elemento história. O primeiro tratado em Benveniste como o único responsável em pôr a língua em funcionamento e em Ducrot ao considerar a representação de figuras diferentes do sujeito na enunciação. Quanto ao elemento *história*, é trazido apenas por Ducrot, em sua definição de enunciação, embora numa abordagem temporalista.

Passemos agora à Semântica da Enunciação, proposta por Eduardo Guimarães e seus colaboradores<sup>5</sup>, a qual guarda a relação com as formas linguísticas, conforme propõe Benveniste e a inclusão da história, de acordo com as formulações de Ducrot, mas que acrescenta aos seus desenvolvimentos teóricos o conceito de acontecimento, memória, o papel do histórico e do político.

Benveniste (1970) considera que a enunciação é “a língua posta em funcionamento pelo locutor, que, no momento dessa apropriação, faz a língua funcionar” (BENVENISTE, 1970, p. 82). Já Ducrot define a enunciação como “acontecimento histórico, isto é, o fato de uma frase ter sido objeto de enunciado” (DUCROT, 1987, p. 369). Embora tragam conceitos excluídos por Saussure, tornando-os propostas enunciativas, essas perspectivas não contemplam aspectos sócio-históricos do enunciar, item imprescindível para Guimarães, que se interessa em construir um conceito histórico de enunciação, tendo em vista o estatuto político do falante.

Para sair da perspectiva temporalista da história, o semanticista busca estabelecer um conceito de enunciação que a caracterize socialmente e, para isso, abre um diálogo com a análise e teoria do discurso, deixando claro que “enunciar é, em parte pelo menos, determinado socialmente” (GUIMARÃES, 1989, p. 73). E enunciado, unidade discursiva, é, por sua vez,

---

<sup>5</sup> Destacamos aqui a pesquisa de Dias, na qual nos apoiamos, cuja proposta teórico-metodológica é aplicada e explicada nesse espaço de enunciação.

elemento de uma prática social, que inclui em sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala” (GUIMARÃES, 1989, p. 73).

Contudo, o enunciado só se configura como enunciado quando considerado na relação com outros enunciados. Faz parte das condições de existência de um enunciado a sua natureza relacional. Nessa condição relacional dos enunciados, pontua-se o “carácter inescapavelmente histórico da linguagem” (GUIMARÃES, 1989, p. 74) e é essa historicidade que produz sentidos.

Para Guimarães, “uma semântica histórica da enunciação se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (GUIMARÃES, 1989, p. 85), ou seja, uma semântica que considera que a linguagem fala de algo e o que se diz é construído na/ pela linguagem. Nas palavras do autor, “a linguagem funciona olhando para fora de si, mas este fora só se alcança porque é simbolizado, porque a linguagem não se confunde com a situação em que seus segmentos ocorrem. Nada é signo se fica colado como etiqueta à situação ou a pessoa da enunciação” (GUIMARÃES, [1995] 2010, p. 85). Nesse sentido, a significação é histórica não no sentido de tempo cronológico, mas porque ela é determinada pelas condições sociais de sua existência.

Segundo Guimarães, os sentidos podem ser analisados na língua através das relações de contiguidade ou de não contiguidade. Como a nossa visão sobre a língua é construída segundo os pressupostos de Dias, que propõe uma releitura da noção de acontecimento enunciativo em Guimarães, apresentaremos a metodologia desenvolvida por aquele para explicar o funcionamento linguístico a partir da relação de contiguidade.

## **2. Enunciação e materialidade linguística: um olhar sobre as formas articulatórias**

Como vimos, o estudo da significação relaciona o acontecimento enunciativo com a estrutura que sustenta a língua, as redes de memória e dos percursos sociais. Dessa forma, para nós, a língua, ao produzir a sustentação material do acontecimento enunciativo, emerge de um memorável que possibilita o movimento dos sentidos. Como explica Dias (2013g, p.03), “a significação se constitui na relação entre memória e atualidade” e essa relação ocorre na enunciação. Isto é,

para que as formas linguísticas possam dar suporte à significação, elas devem confrontar-se com a memória discursiva e o presente do acontecimento. Nessa direção, a memória da língua comporta uma latência, uma condição para o confronto entre a instância do dizível histórico e a instância de um presente. (DIAS 2009, p.10)

Nessa concepção, “...um acontecimento não existe fora das suas afectuações. Mas também não se esgota nelas, não ‘está’ apenas no seu existir atual” (SOUSA DIAS, 1995, p. 89). Logo, concebemos o acontecimento nessa relação entre o virtual e o atual, ou seja, é uma instância em que age a memória sócio-histórica. O acontecimento é, pois, a atualização de uma virtualidade de carácter sócio-histórico. Para melhor visualizar nossas afirmações, vejamos o exemplo a seguir:

Figura 3 – Propaganda UNIMED.



Fonte: <http://headfonelr.blogspot.com.br/2011/05/as-propagandas-mais-legais-que-voce-ja.html>. Acesso em 15.01.15

Na sentença *De um jeito ou de outro, todo mundo precisa* não há a ocupação material do lugar sintático projetado pelo verbo *precisar*, entretanto essa ausência não compromete a significação da propaganda porque, como já dissemos, a significação resulta da sentença e da memória de dizeres do verbo *precisar*. Percebemos que os outros enunciados que compõem o anúncio funcionam com um domínio referencial que possibilita a entrada de um novo item lexical capaz de ocupar o lugar posto em cena pela predicação de que participa o verbo *precisar*. Ou seja, podemos preencher a sentença com: plano familiar UNIMED (Todo mundo precisa de um plano familiar UNIMED).

Indo além do plano orgânico e trazendo a ideia já explicada de interdiscurso, inferimos que outros discursos se cruzam nesse acontecimento enunciativo e projetam outras possíveis ocupações. Cientes do acontecimento histórico *movimento LGBT* e da sua luta pelo reconhecimento jurídico e legal das uniões homoafetivas, observamos o enunciado, ao final da propaganda: “Para todos os tipos de família”. Isso nos permite pensar em ocupações como:

“De um jeito ou de outro, todo mundo precisa de família”.

“De um jeito ou de outro, todo mundo precisa de afeto”.

“De um jeito ou de outro, todo mundo precisa de proteção”.

Em casos como esse, explica Dalmaschio (2013), o lugar do objeto ganha uma mobilidade, mas que constitui uma relação entre a regularidade e a atualidade configurada mediante o cruzamento de dizeres historicamente produzidos em outros acontecimentos enunciativos. Ratificamos, então, que é no acontecimento do dizer que a atualidade cruza com uma memória.

Contudo, vale advertir que,

ao nos referirmos a uma atualização do sentido não a imaginamos como uma simples retomada, como uma mera repetição de enunciações anteriores aptas a participar de novos acontecimentos enunciativos. Sendo assim, o acontecimento atual não é um simples colocar em cena a virtualidade porque, ao se realizar, ele já é afetado pelo diferente. Sua formulação já recebe a possibilidade de um escapar do já-posto, assim, quando enunciamos estamos operando no mundo da diferença porque estamos na relação do que foi e do que é, com possibilidade de diferir sempre o que é do que foi. (DALMASCHIO, 2013, p. 27)

Das tantas formas que a língua oferece para organizar a atualização do acontecimento, como o silêncio (não ocupação do lugar de objeto) no exemplo anterior, trazemos agora, a título de ilustração, um exemplo da atualização materializada através da articulação.

Figura 4 – Adoção de crianças por casais gays.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/320371681336909/?fref=ts>. Acesso em: 01.11.14.

O processo de adoção de crianças é burocrático e demorado, entretanto para os casais heterossexuais, é menos complicado, tendo em vista a legislação que lhes assegura tal direito. Ao contrário, os casais homossexuais, mesmo adquirindo o reconhecimento desse direito através de decisões do STF desde 2010, sofrem com o preconceito e resistência dos órgãos responsáveis por esse processo. Os processos de adoção, em trâmites normais, exigem, de fato, uma certa cautela entre cadastros, entrevistas e visitas. Entretanto, o que está em questão é a burocracia enfrentada por casais gays que lutam por tal benéfica. Esse direcionamento argumentativo pode ser explorado pela conjunção “até” que direciona para a ideia de um trâmite mais demorado do que o permitido, mas é na construção nominal que se aloja a especificidade da diferenciação evidenciada na enunciação. O determinante *gay* se agrega aos nomes pais e mães atualizando-os e projetando a diferença entre candidatos à adoção heterossexuais e homossexuais. Ou seja, a articulação materializada entre os nomes (pais e mães) da construção nominal e o determinante (*gay*) é, aqui, considerado como condição de agregação de uma atualidade a uma memória.

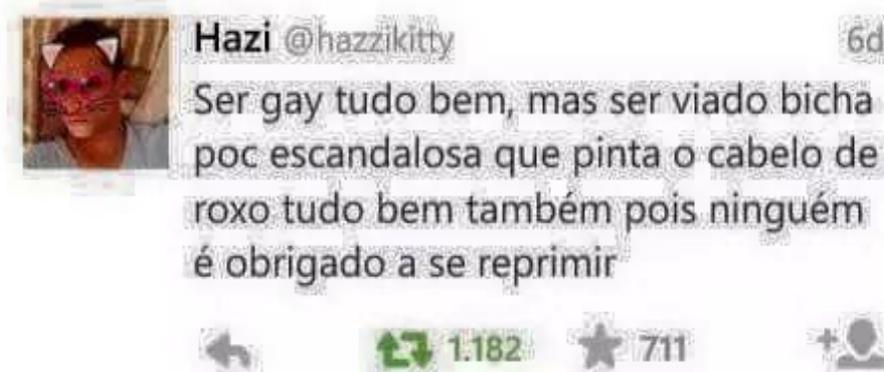
Podemos inferir que essa atualização é o resultado de uma nova pertinência enunciativa. Isto é, as dificuldades enfrentadas por casais gays frente ao seu interesse em adotar crianças mesmo com o direito já assegurado pelo STF. O enunciado “Pais e mães gays esperam até dois anos para registrar filhos” adquire seu sentido na medida em que uma atualidade motivadora da formulação adquire pertinência na relação com outras enunciações, concebidas como traços da memória discursiva, balizado pelos referenciais em um espaço de enunciação. A pertinência desse dizer não está na adoção ou na

burocracia, mas está na determinação que recebe o núcleo dessa formação nominal: pais e mães.

Dessa forma, esclarecemos que a pertinência enunciativa está relacionada à agregabilidade de dizeres a um espaço de enunciação, considerado por nós como espaço de pertinência, numa relação intrinsecamente dialógica. Isto é, as enunciações ganham lugar nos espaços de enunciação porque dialogam/reagem com outros dizeres que se presentificam e, assim, geram uma ordem de pertinência para novos dizeres nesses espaços seja para concordar, discordar, reagir.

Essa relação pode ser restrita à cena, como ilustrado pelo exemplo anterior, ou pode levar em consideração um domínio referencial que engloba um espaço de enunciação como um todo, pois, como afirma Dias (2015h, p. 5), “o espaço de enunciação é um lugar de identificação dos enunciados, no qual os falantes enunciam tendo em vista uma pertinência na relação com enunciados de outros falantes”. Observemos o exemplo:

Figura 5 – Ser gay; ser bicha.



Fonte: <https://www.facebook.com/casamentoigualitario?fref=ts>. Acesso em 15.01.15.

No contexto do politicamente correto, do respeito às pessoas e igualdades de direitos, muitos têm lutado pela aceitação social das pessoas homossexuais, mas, um contraponto muito comum entre pessoas que resistem a esse avanço é suavizado através da concepção enganosa de que a orientação sexual não precisa ser exposta, gerando, assim, uma dicotomia entre os homossexuais que merecem respeito, aqueles que preservam sua postura obedecendo a um padrão de identidade masculina, chamados respeitosa e de gays e aqueles que afrontam essa normatividade tomando seus próprios padrões de comportamento e de identidade, chamados desrespeitosamente de viado, bicha, e outras variáveis. Reagindo a essa falsa dicotomia, o Locutor afirma, no enunciado da figura 5, que o direito e respeito às pessoas devem ser independentes de suas identidades. Ou seja, a pertinência desse enunciado é lançada por dizeres outros. Como explica Dias (2015d), esse enunciado contém uma leitura de outros enunciados, tanto aqueles do círculo restrito da cena, quanto aqueles do domínio referencial que engloba o espaço de enunciação como um todo. “Há uma presentificação dos dizeres que circulam em outros lugares do espaço de enunciação e o presente enunciado passa por eles... A presentificação é algo da atualidade na relação com a memória” (DIAS, 2015d, p 241).

Como esclarece Dias (2015c), a pertinência do enunciado em um espaço de enunciação movimenta as formações articulatórias que constituem a sintaxe do enunciado, a sua constituição formal. Tomemos para observação a formação articulatória expressa no exemplo 5, “Viado bicha poc escandalosa que pinta cabelo de roxo”, os elementos que se agregam ao núcleo viado são motivados pela pertinência em ressaltar a multiplicidade de jeitos e gostos que constituem nessa formação identidades diferentes,

isto é, compreendemos que, assim como o núcleo dessa construção, cada nome que é agregado representa uma possível identidade entre pessoas homossexuais.

Dessa forma, concluímos, conforme Dias (2015h):

A significação de um enunciado tem um duplo caráter. De um lado, advém da pertinência enunciativa, isto é, de uma motivação do presente do enunciar. Do outro lado, constitui-se pelos referenciais que proporcionam as balizas históricas para significar esse presente contraído pelas pertinências da enunciação. (DIAS, 2015h, p. 5)

Interessados pela significação compreendida dessa forma, ratificamos que o acontecimento enunciativo estabiliza esse encontro da virtualidade e atualidade e, conseqüentemente, dos efeitos de sentidos projetados motivados pelas pertinências e sustentados por referencias.

Figura 6 - 9ª Primavera dos Museus



Fonte: <https://catracalivre.com.br/salvador/agenda/gratis/9a-primavera-dos-museus-movimenta-centros-culturais-de-salvador-e-regiao/>. Acesso em: 02.09.15.

A enunciação “Programação para toda família” resulta de uma série de outras enunciações das quais, em diálogo, se constrói a designação de família. De um único formato, aquele formado por pai, mãe e seus descendentes, família, aqui, designa o núcleo de pessoas que se agrupam por afeto e afinidade independente de sexo, identidade de gênero, geração de prole. Assim, a construção “toda família” representa não a completude de um grupo reconhecido como família (toda a família), mas a diversidade de modelos e formatos que podem se configurar família.

### Considerações finais

A partir dos conceitos esclarecidos de enunciação e sentido, Guimarães, ao falar da relação entre linguagem e o que lhe é exterior, esclarece que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. O objeto é constituído por uma relação de

discursos. A sua materialidade é este confronto. Assim, a relação de designação é uma relação instável entre linguagem e o objeto, pois cruzamento de discursos não é estável; é, ao contrário, exposta à diferença.

Assim, a designação é parte do funcionamento da língua e das relações sociais e é constituída pelo modo de nomear, ou seja, pelo agenciamento enunciativo específico da nomeação e as referências feitas com nomes ou feitas com construções diferentes: “um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Reafirmamos, contudo, que a existência de um nome e o que ele venha a designar é determinado pelo compartilhamento social, conduzido por sua pertinência. Como explica Dias (2015e, p. 16), o substantivo é a “palavra que evoca determinada orientação de pertinência social, e é constituído por uma condensação de enunciados historicamente produzidos”. Essas afirmações são facilmente observadas quando nos atentamos ao funcionamento da linguagem.

## REFERÊNCIAS

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e forma linguística. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 21, n.1, jan-jun, p. 223-238, 2013a.

\_\_\_\_\_. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. *In: Desenredo*. Passo Fundo, v. 9, n. 2, 2013g.

\_\_\_\_\_. Acontecimento enunciativo e formação sintática. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 35, p. 99-138, 2015c.

DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Linguística**. São Paulo, Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25. 2009.

FLORES, Valdir Nascimento. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. Campinas: Editora RG, 2011.

\_\_\_\_\_. **Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 4. ed. Campinas: Editora RG, 2010.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. *In: MUSSALIN, Fernanda, BENTES, Ana Christina (orgs.). Introdução à Linguística*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. V. 02.

PALMER, F. (1976, 1981), **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press.



<https://doi.org/10.30681/2594.9063.2021v5n1id5997>

SAUSSURE, F. (1916). **Curso de Linguística Geral**. São Paulo, Cultrix, 1970.

TAMBA-MECZ, Irène. **A semântica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

**Recebido em:** junho de 2021.

**Aprovado em:** agosto de 2021.

**Como citar este trabalho:**

---

COSTA, J. D. R.; ALENCAR NETO, W. D. de. Descortinando sentidos: caminhos para uma análise semântica. **Traços de Linguagem**. v. 5, n. 1, p. 78-94, 2021.

---